

**ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER Nº 151/2023**

PROCESSO Nº 81-2023

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA AQUISIÇÃO DE 8000
COMPRIMIDOS DE AMOXICILINA
500mg + CLAVUNATO DE POTÁSSIO
125mg, ATENDENDO SOLICITAÇÃO
DA SECRETARIA DE SAÚDE.
DISPENSA DE LICITAÇÃO.
POSSIBILIDADE.**

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a essa Assessoria Jurídica, o Processo nº 81/2023, solicitando PARECER referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 8000 COMPRIMIDOS DE AMOXICILINA 500mg + CLAVUNATO DE POTÁSSIO 125mg, com a finalidade de atender às necessidades da Secretaria de Saúde, indagando sobre a possibilidade de contratação com dispensa de licitação.

A solicitação decorre do Memorando Interno da Secretaria de Saúde SS/AB nº 1009/2023, datado de 17/05/2023, em que é apresentada a justificativa para a contratação, juntamente com documentos e orçamentos.

Foram apresentadas nos Autos, anexadas ao Memorando Interno, proposta de 01 (uma) empresa para fornecimento do medicamento, qual seja DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES Ltda., inscrita no CNPJ nº 02.520.829/0001-40. A empresa ALTERMED informou que não possui o item em estoque e empresa CIAMED disse que não possui proposta para o item solicitado.

Por solicitação dessa Assessoria Jurídica, a Secretaria de Saúde acostou aos autos mais três orçamentos, sendo eles da FARMÁCIAS SÃO JOÃO, inscrita no CNPJ nº 88.212.113/0384-17; DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES Ltda., inscrita no CNPJ nº 02.520.829/0001-40; e

FARMÁCIAS ASSOCIADAS, inscrita no CNPJ nº 03.784.801/0003-45.

Posteriormente, a Secretaria de Saúde juntou documentação da Farmácias Associadas, empresa que apresentou o menor orçamento.

É o que cabia relatar.

Analizando o valor orçado R\$ 24.320,00 (vinte e quatro mil, trezentos e vinte reais), entendemos se tratar da hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO com base no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor é inferior ao limite de R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

Cumprе destacar que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em seu art. 75, elevou consideravelmente o valor limite para os casos de dispensa de licitação em comparação com aqueles previstos na Lei nº 8.666/93. Contudo, a nova lei, em seu art. 72, elencou uma série de requisitos, sem os quais não é possível se utilizar de contratação direta por dispensa de licitação. Vejamos:

"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial."

Pois bem, consta nos autos documento de formalização da demanda que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 (artigo 72, inciso II).

O preço está justificado por se tratar do menor dentre os orçamentos apresentados (art. 72, inciso VII).

Consta dos autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis vinculados à Ação 2150 (Assistência Farmacêutica), Despesa 32 3.3.90.32 (MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA), Recurso 40 (AÇÕES E SERV. PUBL. SAÚDE-ASPS-40).

A Consulta e Reserva de Dotação Orçamentária demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (artigo 72, inciso IV).

A documentação da empresa FARMÁCIA TRES Ltda. ME, nome fantasia - FARMÁCIAS ASSOCIADAS, (orçamento, documentos de habilitação e certidão de regularidade fiscal), comprovam que a mesma preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos termos do artigo 72, inciso V, da Lei 14.133.

A razão da escolha da futura contratada está pautada em critério objetivo, qual seja melhor preço, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, o Memorando Interno 1009/2023, da Secretaria de Saúde dá conta da urgência na aquisição do medicamento, e a ausência de cotação pelas empresas ALTERMED e CIAMED, demonstram que há possibilidade de escassez do medicamento no comércio.

Em razão do exposto, o parecer é favorável à contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 72 e artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para a contratação da empresa FARMÁCIA TRES Ltda. ME, nome fantasia - FARMÁCIAS ASSOCIADAS, inscrita no CNPJ nº 03.784.801/0003-45.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

De outra banda, oportuno mencionar o fato de que a estrutura

atual do Setor de Licitações ainda não conta com a designação formal do Agente de Contratação, tendo sido realizada consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em sua representação de Passo Fundo, ao que foi sinalado pela possibilidade do processamento de contratações, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, pela Comissão Permanente de Licitações, o que de fato ocorre no presente Processo.

Este é, salvo melhor juízo, o PARECER que submeto à consideração superior.

Ibirubá-RS, 06 de junho de 2023.



Eduardo Henrique Krammes,

Assessor Jurídico.

OAB/RS 121.756